

Globethics Repository



Modernidade: uma sociedade educativa [Modernity: an educational society]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-18 08:54:33
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160427

as condutas dos sujeitos mais alinhadas com a organização da sociedade contemporânea e com maior capacidade de produzir subjetividades que possam responder de modo mais adequado às suas demandas.

IHU On-Line - Que relações podem ser estabelecidas entre as tecnologias na educação e a governamentalidade mencionada por Foucault?

Karla Saraiva - De acordo com aquilo que já venho apontando nesta entrevista, o uso das tecnologias digitais na educação transforma os modos de sujeitar os sujeitos, produzindo estratégias para governar alunos e professores. No minicurso que conduzi, mostrei que, de modo geral, as tecnologias digitais são utilizadas dentro de estratégias pedagógicas que buscam tornar os alunos mais responsáveis por sua aprendizagem e que exigem um maior controle sobre si. Nesse sentido, o uso das tecnologias educacionais encontra-se articulado com iniciativas para fazerem do professor um *expert* nas artes de governar, o que é particularmente visível quando se trata do papel do professor na educação à distância. Também focando a educação a distância, mostrei que o perfil do aluno que se pretende formar é bastante condizente com as condições da governamentalidade neoliberal contemporânea, que vêm se impondo nas sociedades como uma racionalidade que atravessa os mais diversos campos sociais. Levando-se em conta que essa governamentalidade neoliberal busca tornar cada um empresário de si, segundo já apontava Foucault, pretendo mostrar como o modo que se tem pensado a educação a distância poderia contribuir para a formação daquilo que se vem chamando de comportamento empreendedor.

LEIA MAIS...

>> Karla Saraiva já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. O material está disponível no site do IHU (www.ihu.unisinos.br)

* *Blogs, Flogs, MSN, Orkut: a emergência da cybercultura traz uma nova forma de pensar*, concedida em 10-05-2006 e publicada nas *Notícias do Dia*. Acesse no link <http://bit.ly/cl01ls>.

Modernidade: uma sociedade educativa

De acordo com Carlos Noguera, o indivíduo contemporâneo é visto como um aprendiz vitalício que habita em cidades educativas

POR MÁRCIA JUNGES E PATRICIA FACHIN | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Dois fatos analisados por Foucault nos cursos *O Poder Psiquiátrico e Segurança, Território, População* levaram o professor Carlos Noguera “a pensar na modernidade como uma sociedade educativa”. O primeiro, lembra, “tem a ver com o que Foucault denominou ‘parasitagem’ das disciplinas, quer dizer, a maneira como a disciplina utilizou determinadas práticas e instituições para expandir-se entre a população”. O segundo acontecimento “faz referência ao que ele chama a explosão do problema do governo no século XVII, quer dizer, a grande problematização que é possível reconhecer a propósito de diversas questões e múltiplos aspectos como, por exemplo, o governo de si mesmo, o governo das almas e as condutas, o governo do Estado pelos príncipes, o governo das crianças”.

Em entrevista concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**, ele explica que a polícia está envolvida com distintos aspectos que vão desde a regulamentação da vida urbana até a regulamentação das manufaturas. Entretanto, enfatiza, “seu objetivo principal é o próprio homem, a população ou, em outro sentido, se poderia dizer que o alvo da polícia é a vida”.

Carlos Noguera é professor da Faculdade de Educação da Universidade Pedagógica Nacional, Colômbia. Pesquisador do Grupo de História da Prática Pedagógica na Colômbia e da equipe do Projeto Museu Pedagógico Colombiano. É mestre em História pela Universidade Nacional da Colômbia e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Partindo da filosofia de Foucault, em que sentido a modernidade é uma sociedade educativa?

Carlos Noguera - Dois fatos analisados por Foucault em seus cursos *O Poder Psiquiátrico e Segurança, Território, População*, me levaram a pensar na modernidade como uma sociedade educativa. O primeiro deles tem a ver com o que o professor Foucault denominou “parasitagem” das disciplinas, quer dizer, a maneira como a disciplina utilizou determinadas práticas e instituições para expandir-se entre a população. Esse processo

tem seu início em fins da Idade Média, quando os colégios, de hospedagens para estudantes que eles eram desde sua criação, se transformaram em internatos onde os estudantes foram, pouco a pouco, disciplinados e finalmente infantilizados, isto é, convertidos em sujeitos de cuidado e vigilância por parte dos mestres. Os estudantes que assistiam às cátedras das universidades de Bolonha e Paris eram reconhecidos nessas cidades por sua vida relaxada e tumultuada. Tratava-se de jovens de diversas idades que gozavam de grande autonomia e nomeavam inclusive os reitores da

universidade e sua vida licenciosa os levava pelas tabernas e casas de jogo e prostituição. As permanentes queixas e denúncias dos vizinhos levaram a tomar medidas iniciando-se um processo de moralização da juventude que incluiu, séculos depois, no encerramento e infantilização nos internatos. Uma segunda forma de “parasitagem” das disciplinas foi o processo de doutrinação ou cristianização dos nativos da América, processo que implicou numa maciça disciplinarização da população indígena. Tanto num caso como no outro, temos funcionando no centro certas práticas de ensino e instrução.

Governo

O segundo acontecimento analisado pelo professor Foucault faz referência ao que ele chama a explosão do problema do governo no século XVII, quer dizer, a grande problematização que é possível reconhecer a propósito de diversas questões e múltiplos aspectos como, por exemplo, o governo de si mesmo, o governo das almas e as condutas, o governo do Estado pelos príncipes, o governo das crianças. Trata-se, em última análise, da aparição de perguntas como as seguintes: como governar-se, como ser governado, como governar os outros, por quem se deve aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível? Esta explosão do problema do governo no século XVI está associada à constituição moderna da razão de Estado, isto é, da racionalidade política moderna entendida como uma arte que permite saber como fazer para que a ordem e a paz reinem na república. Uma nova arte de governar fundamentada em dois tipos de tecnologias: o sistema diplomático-militar e a polícia. Esta última fazia referência ao conjunto de meios através dos quais é possível incrementar as forças do Estado ao mesmo tempo em que se mantém a boa ordem. Embora a polícia estivesse envolvida com distintos aspectos, como a regulamentação da vida urbana, a higiene da cidade, da população, dos costumes e os artigos de subsistência, os cuidados dos

edifícios, as manufaturas, o comércio etc., seu objetivo principal é o próprio homem, a população ou, em outro sentido se poderia dizer que o alvo da polícia é a vida. Pois bem, se a polícia consiste no exercício soberano do poder real sobre os indivíduos que são seus súditos, como diz Foucault, então poderíamos entender a polícia desde a perspectiva de um amplo processo de disciplinarização da população, dentro do qual se destaca o problema da instrução. Instrução das crianças, mas também instrução geral da população nos ofícios, na doutrina, na urbanidade.

Disciplina

A expansão da disciplina para toda a população, ou seja, a disciplinarização da população que se inicia no século XVI, forma parte, então, do que Foucault chamou o processo de governamentalização do Estado e, nesse sentido, poderíamos reconhecer pelo menos três grandes momentos: um primeiro momento, o da aparição da polícia que chamaremos, com Foucault, o momento da governamentalidade disciplinar: um segundo momento, inaugurado em fins do século XVIII, o momento do desbloqueio da arte de governar que chamaremos governamentalidade liberal, e, um último momento, o da governamentalidade neoliberal, momento mais recente inaugurado em meados do século vinte. Cada um deles corresponderia, igualmente, a um momento particular do que se chamou de modo muito geral a sociedade educativa: a governamentalidade disciplinar é o momento da constituição de um novo saber que é a Didática, cujo propósito fundamental é “ensinar tudo a todos” (Comenius) e seria o período da sociedade do ensino. A governamentalidade liberal corresponde à constituição do conceito moderno de “educação” (a partir do *Emílio* de Rousseau) que estabelecería as condições para a emergência, durante o século XIX, da Pedagogia moderna e de suas três tradições (a francófona, a

germânica e a anglo-saxônica). Seria o período da sociedade educadora ou do Estado educador. Finalmente, a governamentalidade neoliberal está relacionada à constituição e ao desenvolvimento dos conceitos de aprendizagem, educação permanente, capital humano e competências que levaram a pensar na sociedade contemporânea como uma “sociedade de aprendizagem” (*learning society*) e do indivíduo como aprendiz vitalício (*lifelong learner*).

IHU On-Line - Qual é o espaço da subjetividade nessa sociedade educativa e biopolítica?

Carlos Nogueira - A cada um dos três momentos que assinalei para essa sociedade educativa corresponderiam três formas distintas de subjetivação. A primeira delas, dado o lugar central que ocupa o problema do ensino e, portanto, da didática, corresponderia às características que Comenius definiu para o homem como “animal disciplinável”. Falo, dessa forma, de subjetivação como a constituição de um *Homo docilis*, dado que a docilidade é sua principal característica e se deve recordar que “dócil” significa um indivíduo susceptível de ser ensinado e capaz de aprender. Neste sentido, é sinônimo de disciplinado segundo a tradição cristã medieval.

Para o caso da sociedade educadora ou do momento do Estado educador, falo de um indivíduo caracterizado por sua possibilidade de ser civilizado ou ser susceptível de civilização. Igualmente, por sua possibilidade de chegar a ser, através da educação, um verdadeiro cidadão, segue daí que chame a essa forma a constituição de um *Homo civilis*. Finalmente, o indivíduo contemporâneo é visto como um aprendiz vitalício ou um aprendiz permanente que habita em cidades educativas: é o indivíduo da sociedade do conhecimento de Peter Drucker, ou da sociedade pedagógica de Michel Serres. Por essa condição, penso no indivíduo contemporâneo como um *Homo discendis*, quer dizer, um sujeito caracterizado por sua condição de ser um aprendiz permanente; um indivíduo que deve “aprender a aprender”.